

(*) **Antônio Zageu Zengo** é Graduado em Letras, mestre em Filosofia, Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge e Reitor da Universidade Metropolitana de Angola. Pertence ao povo Bacongo, localizado no Norte de Angola. Home page: <http://www.zzenzo.hpg.ig.com.br/index2.htm>. @ - zzengo@hotmail.com **Fernando Wilson Sabonete** é graduado em Letras pela Universidade Salgado de Oliveira e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Membro do povo Nhaneka-Humbi, localizado no Sul de Angola. Pesquisa a construção do Estado-Nação de Angola. @ - sabonete7cristo@hotmail.com

Angola:

diversidade étnica, políticas públicas e o desafio da unidade nacional

Angola: ethnic diversity, public policies and the challenge of national unity

Antônio Zageu Zengo*
Fernando Wilson Sabonete*

RESUMO: A multiplicidade de grupos étnicos e a divergência de interesses são um desafio constante para a manutenção do Estado angolano. Visado o entendimento da situação vivenciada, apresentamos dados acerca do processo de construção de Angola, das influências externas e dos conflitos desencadeados nesse país. Abordamos as ações do poder público, demonstrando a predominância das políticas de defesa. Evidenciamos a dificuldade de alguns segmentos populacionais se reconhecerem como membros de uma mesma coletividade, o Estado-Nação. Considerando que a negação da cidadania produziu a desconfiança no poder estatal, destacamos que o respeito à diversidade étnica e a inclusão das vozes silenciadas desde o período colonial são primordiais para a construção e a sedimentação de uma identidade nacional.

Palavras-chave: Angola, diversidade étnica, Estado, políticas públicas, cidadania.

Angola é constituída por uma diversidade de povos. No aspecto sociolingüístico é uma sociedade heterogênea. De acordo com os estudos demográficos, essa heterogeneidade é o resultado de vários movimentos migratórios sucessivos que ocorreram nessa região (LUANSI, 2003). Para a construção de uma identidade nacional, essa variedade tem representado um desafio constante.

As tentativas de unificação promovidas desde o período colonial não conseguiram conter a resistência e a oposição dos grupos étnicos presentes nesse país. É certo que a ação dessas coletividades contra o domínio lusitano

possibilitou a conquista de uma Angola independente. Contudo, ela não foi capaz de produzir uma “unidade nacional”. A Guerra Civil Angolana evidencia a dificuldade de empreender essa construção.

Muitas análises sustentam que a guerra civil, ocorrida entre os anos de 1975 a 2002, é um produto da Guerra Fria, ou seja, da disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética. Concordamos que sem as influências e os recursos externos, tudo seria bem diferente. Temos consciência da contribuição decisiva dessa influência, contudo, nossa reflexão chama a atenção para a diversidade étnica existente no país, como um elemento de suma importância para o entendimento dessa conjuntura. Acrescida das influências externas, a divergência entre esses povos possibilitou a constituição de movimentos sociais e políticos antagônicos.

Assim como muitas outras nações africanas, Angola é uma criação do colonialismo europeu. A repartição do continente africano em colônias desconsiderou os territórios estabelecidos pelos povos africanos existentes nesse espaço. Com a imposição das novas fronteiras, essas coletividades tiveram seus territórios tradicionais divididos. O Império Lunda e Bakongo, por exemplo, foi repartido entre Angola e o Congo; os povos Herero e Ambó foram divididos entre Angola e Namíbia e os Khoisan, que dominavam um vasto território, foram repartidos entre Angola, Namíbia e Botswana.

Acredita-se que a atual Angola reúne partes de territórios de cerca de dez povos que habitavam a África Central e Austral. Com a presença do domínio português, a unificação desses povos tornou-se uma imposição. No ano de 1975, com a independência, a unidade territorial e política imposta foi colocada em cheque pela divergência de interesses, perspectivas e ideologias dos principais grupos étnicos organizados. Para entendermos como isso aconteceu, vejamos alguns dados sobre Angola.

A construção de Angola

Angola está localizada no sudoeste do continente africano. Tem 1.247.700 km² e abriga uma população de 15 milhões de habitantes. Faz fronteira com cinco países: ao norte, a República Democrática do Congo e a República do Congo; ao leste, a Zâmbia e o Zimbábue e ao sul a Namíbia. De norte ao sul, no oeste, está o oceano Atlântico.

O atual território de Angola foi habitado por tribos que praticavam a agricultura itinerante e a criação de animais. No século XV, tornou-se domínio dos portugueses, que se valeram das disputas internas entre os povos nativos

para expandir seu domínio. Os colonizadores fundaram Luanda (1576) e Benguela (1617), cidades que serviram de base para o comércio de escravos. Estima-se que dez mil africanos eram exportados anualmente só de Angola e entre os séculos XVI e XIX cerca de 3 milhões foram mandados ao Brasil.

A ação dos portugueses, por quase cinco séculos, resultou na configuração atual do território de Angola. Inicialmente, a presença lusitana esteve situada no litoral. Com o acirramento das disputas pelo continente africano, eles passaram a ocupar o interior, visando assegurar o seu domínio. Na Conferência de Berlim, ano de 1884-1885, foi realizada a partilha da África entre as nações européias, sendo definidas as fronteiras oficiais de Angola.

No ano de 1951, Angola torna-se província de Portugal. A insistência em manter o país sob o seu domínio provocou a revolta da população. A partir de 1961, emergem conflitos armados organizados pela União dos Povos Angolanos – UPA. Em decorrência de divergências étnicas e ideológicas, surgem três grupos anticoloniais: 1) O Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, 2) A Frente Nacional para a Libertação de Angola – FNLA e 3) União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA. Constituído majoritariamente pela etnia Kimbundu, o primeiro apresentava tendência marxista e era pró-União Soviética. O segundo, dominado pela etnia Bacongo, era anticomunista e apresentava ligações com os EUA e o antigo Zaire. Já o terceiro, formado predominantemente pela etnia Ovimbundu, também era anticomunista e contava com o apoio da África do Sul.

Em abril de 1974, o governo instalado em Portugal, após a Revolução dos Cravos¹, anuncia um plano de descolonização. A partir de então, os três grupos passaram a se enfrentar. Em janeiro de 1975, por meio do um tratado, é acordado um governo de transição. Com o fracasso desse pacto, inicia-se a guerra civil entre esses grupos, que tem suas ações financiadas por recursos estrangeiros. Nesse período, cerca de 350 mil brancos angolanos passam a viver na África do Sul, Portugal e Brasil. Ao lado da UNITA, tropas sul-africanas atacam Luanda. Auxiliado por soldados cubanos, o MPLA mantém seu domínio sobre a capital. Em 11 de novembro, Portugal sai formalmente de Angola. Agostinho Neto, do MPLA, é proclamado Presidente da República Popular de Angola e adota o regime socialista. Até esse ano, o país era governado por um Governador-Geral.

No final dos anos de 1970, o FNLA extingue-se enquanto movimento armado e alguns de seus membros são exilados. Contudo, a UNITA permanece combatendo, contando com o apoio da África do Sul e dos EUA. Em 1979, morre Agostinho Neto e José Eduardo Santos torna-se presidente.

1 Golpe de Estado contra o governo de Salazar.

A guerra civil se estende até o ano de 1990, quando é celebrado um acordo entre Angola, Cuba e África do Sul. Inicia-se a retirada dos cubanos e, em maio de 1991, o acordo de paz é firmado entre o MPLA e a UNITA. Em setembro de 1992, contando com a presença de observadores internacionais, é realizada a primeira eleição em Angola. O MPLA sai vitorioso e José Eduardo dos Santos torna-se o presidente. Jonas Savimbi, líder da UNITA, não reconhece a vitória. Em decorrência dessa posição, recomeça a guerra civil. Os EUA deixam de apoiar a UNITA e reconhecem o governo angolano.

No ano de 1994, um novo acordo de paz é celebrado entre MPLA e UNITA. O Conselho de Segurança da ONU cria a III Missão de Observação do Processo de Paz, com o objetivo de monitorar a transição e a desmobilização das tropas. A dificuldade em desarmar os soldados da UNITA faz com que o mandato da missão seja renovado no início do ano de 1996. Em junho desse ano, os soldados da UNITA e MPLA passam a compor o exército unificado e se iniciam as negociações com o líder da UNITA, para que ele se torne o vice-presidente no governo de unidade nacional. Depois da posse desse governo, 11 de abril de 1997, Jonas Savimbi se recusa a ir para Luanda e permanece no interior com seus homens. Passados dois meses, o exército angolano ataca tropas da UNITA que dominam uma região no nordeste do país, rica em diamantes. O clima de instabilidade faz com que a ONU suspenda a retirada total de suas forças.

No final do ano de 1998, mais uma vez, a guerra é deflagrada, interrompida somente em 2002, quando ocorre a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA. Iniciadas as negociações com o governo, avança-se no desarmamento desse grupo, que passa a atuar politicamente.

Essa breve síntese da história de Angola possibilita o entendimento dos conflitos existentes ainda hoje no país. A diversidade étnica e a divergência de interesses vêm se prolongando ao longo dos anos, tornando-se um entrave para a construção do Estado-Nação.

Diversidade étnica e a nação angolana

Segundo Luansi (2003), após a independência em Angola, foi proclamada a democracia popular com fins políticos e objetivando cimentar a unidade e a consciência nacional. Contudo, ao longo dos anos, com o marxismo-leninismo, acentuou-se a crise identitária presente no país. Isto porque as liberdades fundamentais foram limitadas e a diversidade social e cultural foi negada institucionalmente. A crise identitária, acrescida da ação de

forças exógenas, esteve na origem da guerra civil, que provocou inúmeros movimentos migratórios internos e externos.

Insistimos na idéia de que Angola é resultado da reunião de grupos étnicos e culturais distintos que passaram a compartilhar um mesmo território. Por determinação do domínio colonial, eles tornaram-se integrantes da “Nação Angolana”. Conseqüentemente, a identidade angolana é resultado desse processo de aglutinação imposta. Sendo assim, destacamos que o sucesso de qualquer ação que vise à construção efetiva do Estado-Nação depende da capacidade de dialogar com essa diversidade étnica que persiste.

Em relação a Angola pode-se afirmar que, embora as fronteiras herdadas na colonização sejam respeitadas no quadro das convenções internacionais, no cotidiano, elas se tornam relativas. O fato de separarem os povos e de não respeitarem os Estados pré-coloniais formados pelas diversas nações étnicas faz com que elas sejam muitas vezes desconsideradas. Ainda que tenha havido algumas transformações, os grupos étnicos mantêm uma organização social, cultural e política específica, que não se encaixa nos limites impostos.

Atualmente, esse país está dividido em províncias. O Cunene é uma delas. Composta por uma área de 87.342 Km², ela abriga cerca de 230 mil habitantes e tem como capital Ondjiva². É constituída pelos municípios de Caham, Cuanhama, Curoca, Cuvelai, Namacunde e Ombadja. Distante 1.424 km de Luanda, o Cunene faz limite a oeste com a província de Namibe, ao leste com o Cuando-Cubando, ao norte com a Huíla e ao sul com a Namíbia.

Localizado na região sul de Angola, Cunene é habitado pelos Ambo, grupo Banto, que é formado pelos subgrupos Vale, Cafima, Kwanyama, Kwamatwi, Dombondola e Cuangar. Na memória coletiva, evidencia-se a constituição desses grupos como sendo decorrente dos feitos do último rei Kwanyama, o célebre Mandume, que enfrentou os militares portugueses na primeira década do século XX, na defesa de seu território.

Membros dessa etnia têm demonstrado pouca motivação para participar da construção de uma unidade nacional. Fiéis à configuração social própria de sua cultura, eles rejeitam a delimitação espacial imposta desde o período colonial. Essa rejeição é mais evidente em relação à fronteira de Angola com a Namíbia. A etnia Kwanyama, por exemplo, está localizada nos dois países. Frequentemente, os membros desse grupo atravessam a fronteira com o objetivo de visitar os parentes, de procurar trabalho e de adquirir bens e recursos oferecidos em um dos lados. Em recusa a uma pertença única,

2 Antiga Vila Pereira d'Eça.

alguns jovens têm renunciado à aquisição de documentos que informem uma nacionalidade tais como o bilhete de identidade.

O Cunene não é a única província a apresentar essa disposição. Atualmente, em variados espaços do país são vivenciados conflitos. Nesse sentido, Angola ainda está a caminho da paz, da reconciliação nacional, do respeito à vida e, principalmente, da construção de uma unidade nacional que integre a diversidade étnica³.

Infelizmente, para alguns atores políticos, a heterogeneidade é vista como um perigo que pode levar à desintegração. Agentes do silenciamento da diversidade étnica defendem intransigentemente a unicidade e indivisibilidade do país e se opõem a toda e qualquer idéia de regionalização. Impossibilitados de perceber que a descentralização do governo seria uma possibilidade para cimentar a unidade nacional na diversidade, eles insistem na manutenção de um Estado centralizado (LUANSI, 2003).

Essa breve síntese da história de Angola possibilita o entendimento dos conflitos existentes e evidencia a complexidade dos problemas vivenciados ainda hoje no país. A diversidade étnica e a divergência de interesses vêm se prolongando ao longo dos anos, representando um desafio para a construção do Estado-Nação.

Políticas públicas em Angola

As políticas públicas são um conjunto de ações do governo que produzem efeitos específicos (LYNN, 1980). Elas focalizam os interesses coletivos, podem ser entendidas como um tipo de padrão que estabelece um objetivo a ser alcançado e visam à melhoria do aspecto econômico, político e/ou social da comunidade (DWORKIN, 2002). É também o que o governo escolhe fazer ou não fazer (DYE, 1984).

Em Angola, no período pós-independência, a prioridade era defender e expulsar os invasores, principalmente, a África do Sul. Por essa razão o governo centrou sua atenção em investimentos na área da segurança. No campo social, os investimentos foram tão pequenos e beneficiaram tão poucos indivíduos que, para alguns, eles não são dignos de atenção.

Na área de Administração Pública e Serviços, as relações de trabalho se desenvolviam como se não houvesse lei. Formalmente elas eram regidas pelo Diploma, de 29 de Julho de 1959, que fixava os salários iguais para as pessoas que apresentassem a mesma formação. Na prática isso não era

³ Embora oficialmente a guerra civil tenha terminado no ano de 2002, ainda hoje, na província de Cabinda há conflitos armados. Isto, porque os moradores dessa província recusam a pertença à nação angolana, pois se sentem lesados pela exploração de petróleo e descontentes com a ausência de políticas públicas que atendam as suas necessidades.

cumprido e as remunerações não acompanhavam o aumento do custo de vida, ocasionando queixas constantes dos funcionários de todas as classes.

É válido ressaltar que o citado Diploma não era respeitado quando se tratasse de remunerar os negros, denominados de Kwanhama. Calcula-se que até 1970, cerca de 80% de operários não eram pagos de acordo com essa lei. Os agentes da então Inspeção de Trabalho e Providência negligenciavam as infrações. Predominava o “recrutamento clandestino”, no qual o contrato de trabalho era celebrado oralmente. Essa modalidade escapava da fiscalização da Inspeção do Trabalho e Providência e dos Serviços Regionais do Instituto do Trabalho.

Os salários eram ínfimos e os alojamentos apresentavam condições desumanas. Esse quadro originava relações bastante conflituosas entre negros e brancos. Revoltados com os maus-tratos, salários desiguais, remuneração parcelada e atrasada, os trabalhadores negros abandonavam os postos de serviços freqüentemente.

Esses trabalhadores eram ainda obrigados a comprar produtos nos estabelecimentos determinados pelos patrões. Valendo-se da inexistência de outros pontos comerciais ou de um centro comercial na região, o patrão-vendedor adotava preços superfaturados. No momento do ajuste de contas, depois de um ano ou mais de trabalho, o operário recebia pouco ou nenhum dinheiro e, em alguns casos, ficava até endividado. Devido aos débitos contraídos nesses estabelecimentos, os trabalhadores passavam meses sem receber nenhuma importância. No ramo da saúde pública, além dos hospitais das missões católicas da região, havia dois públicos que funcionavam de forma bastante precária; um no Município de Xangongo e outro em Ondjiva, capital da província do Cunene.

Na área da educação, no período colonial, a instrução dos negros foi vista como um instrumento apropriado para a dominação e a utilização de sua mão-de-obra na satisfação das necessidades da metrópole. No sul de Angola, a instrução tinha por objetivo integrar três fatores: trabalho, ordem e progresso. Esse pensamento fez com que acreditassem não ser necessária a construção de escolas nas áreas que não se submetiam ao poder dominante. Essa situação perdurou por muitos anos e somente em 1971 houve um avanço significativo nesse campo, com a criação de uma lei que determinava a abertura de escola para os negros.

No período pós-independência, tal como aconteceu em todo o país, o Cunene herdou um setor administrativo e social degradado e pilhado pelos lusitanos em fuga para a África do Sul e Namíbia. A maior parte da infra-estrutura física

foi arrasada durante essa evasão. Os invasores sul-africanos, perseguidos e expulsos pelas Forças Armadas de Libertação de Angola - FAPLA, em 27 de Março 1976, destruíram o que ainda restava.

O fato de fazer fronteira com a Namíbia que, em finais de século XX, estava ilegalmente invadida pelos sul-africanos, o Cunene foi a primeira e principal vítima das incursões dos invasores, que visavam impedir a consolidação da jovem república.

Era esse o quadro que o Comissário da Província, Kundy Payhama, se deparou ao chegar ao Cunene, no ano de 1976. Para “arrumar a casa”, na visão dele, era necessário criar um clima de mínima estabilidade do ponto de vista político e militar, que permitisse a livre circulação das pessoas, bens e a permanência dos que assumiriam as funções políticas e administrativas nos diversos pontos da província. Sem isso, era impossível aplicar qualquer tipo de política pública naquela região.

Desse modo, nas outras províncias de Angola, a defesa da população tornou-se prioritária, passando a ser uma missão delegada a então FAPLA. Assim, as massas populares, funcionários e dirigentes do governo e do partido MPLA foram convocados a participar da Organização da Defesa Popular – ODP. Seguindo a orientação do presidente Kundy Payhama, traçou-se um programa de formação militar básico para o manejo de armas de fogo ligeiras e outras, postas à disposição do Comando Provincial da ODP. Cada funcionário estava enquadrado na Companhia da Estrutura Provincial do Ministério a que pertencia e fazia a guarnição do seu posto de trabalho, sob o mando do seu superior hierárquico imediato.

Cada região, município, localidade e aldeia de Angola tinha a sua própria estrutura da ODP. Ficou difícil distinguir a Administração do Quartel Militar, ou seja, não era possível diferenciar o funcionário civil do militar das FAPLA. A prontidão era constante. Muitos se apresentavam nos seus locais de trabalho fardados e armados. Paralelamente a esse quadro, iniciou-se um amplo trabalho de reconstrução das estruturas destruídas pela guerra recente. Foram nomeadas pessoas para as diversas áreas de desenvolvimento social e econômico.

Na área de educação e ensino deu-se início à campanha de alfabetização. As escolas de ensino base contaram com a presença da famosa Brigada Juvenil de Ensino “Comandante Dangereux” e de membros da Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola - JMPLA, vindos de todas as partes do país.

As escolas destruídas foram reconstruídas e, onde não havia, foram criadas. Implementaram-se projetos de construção de internatos em todas as sedes de municípios e um projeto de abertura de campos agropecuários adjacentes aos internatos, como forma de melhoria da dieta alimentar dos internos. A escola de Artes e Ofícios Pereira D'Eça foi reestruturada. No tempo colonial, ela foi uma das melhores escolas de artes e ofícios do país. Além de fornecer mobiliários diversos para as escolas e residências, ela produzia fechaduras, chaves e muitos tipos de material de construção civil.

A agricultura começou a ser realizada em áreas cuja estabilidade política e militar se fazia sentir, aproveitando-se das potencialidades que então existiam. Iniciou-se um trabalho de mobilização de esforços para se repor os níveis de produção alcançados na província em anos anteriores, apoiando-se nos projetos de desenvolvimento então existentes. Nesta época, foram importantes os trabalhos agropecuários realizados nas localidades. Em Mankete, por exemplo, foi introduzido o cultivo de arroz em grande escala e gramíneas; em Mujombe desenvolveu-se a criação de gado. Essas atividades transformaram o Cunene em uma zona de auto-suficiência alimentar.

A área da saúde passou a ser estruturada. Os que haviam ficado na província após a independência juntaram-se aos egressos da escola de Formação Técnica do Hospital Católico do Tyulu e aos médicos cubanos e soviéticos. Foram reconstruídos e equipados postos médicos e hospitais em todos os municípios da província.

O provimento de quadros para as restantes áreas da administração e serviços não foi fácil. Cargos foram assumidos pelos antigos membros da administração colonial, que não tinham abandonado a província e que auxiliavam os recém admitidos, com menos experiência. O país tornou-se uma autêntica escola prática de organização e gestão econômico-administrativa.

Nas áreas do comércio interno e transportes foram desenvolvidas ações que visavam satisfazer a necessidade da população de bens de primeira necessidade, de material de uso corrente para a educação e de tráfego entre as províncias do país. Procurou-se munir os diversos organismos do Estado de recursos necessários ao desempenho das suas atividades.

Os deslocamentos eram realizados sempre em comboios. Por exemplo, os carros que saíam de Ondjiva para outras localidades do interior e para outras províncias como Huila, Namibe, Benguela e Luanda, eram escoltados por funcionários dos diversos ministérios que residiam na sede provincial. Enquadrados na ODP, não era raro ver funcionários públicos vestindo a

farda verde oliva daquela organização, com cartucheiras no peito e armas nas costas percorrendo todo o país.

As referidas ações evidenciam que a atuação do Estado privilegiou a atividade de defesa, que visava resguardar a integridade nacional. A segurança, nesse sentido, tornou-se política pública, consumindo quase todos os esforços do poder público.

Embora tenham sido realizadas as ações citadas, a constituição de uma unidade nacional permanece sendo um desafio para o Estado de Angola. Alguns segmentos populacionais continuam apresentando dificuldade em se reconhecerem como membros de uma mesma coletividade, ou seja, de uma *comunidade política*⁴. Uma vez que essa identificação é um elemento importante para a legitimidade das ações do poder público, a sedimentação de uma unidade nacional é afetada por essa ausência.

O desafio de formar uma comunidade política

De acordo com a Constituição da República Popular de Angola de 1976, as políticas públicas, em geral, orientam-se pelos princípios da universalidade e equidade no acesso às ações e serviços e pelas diretrizes de centralização da gestão, de integralidade do atendimento e de participação da comunidade na organização em território nacional. A referida constituição adotou formalmente o modelo de seguridade social para garantir, por exemplo, a previdência, educação, saúde, agricultura e assistência social como direito de todos e dever do Estado.

Sabe-se que as políticas públicas se concretizam através de atividades institucionais do Estado e da ação concreta de atores sociais, que as realizam em cada contexto e condicionam seus resultados. Por isso, o andamento dos projetos deve ser acompanhado e fiscalizado pelos moradores locais, que devem participar igualmente da avaliação dos seus impactos sobre a realidade. Dessa forma, a validade e a eficácia da ação do poder público dependem da participação dos cidadãos, sendo essa uma prerrogativa para a sua legitimidade.

É oportuno lembrar que a sociologia política faz distinções entre poder e dominação. O poder é percebido como pertencente ao reino da força bruta, isto é, da imposição da vontade de um indivíduo sobre outro, mesmo que este não queira. A dominação, por sua vez, é vista como o exercício legítimo do poder (HABERMAS, 2003).

4 De acordo com Dworkin (1996), para que as ações da comunidade política sejam compartilhadas por cada um de seus membros é necessário que eles façam parte dela. A verdadeira democracia se baseia na pertinência moral. Essa pertença é constituída por condições estruturais (procedimentos históricos que tenham produzido limites territoriais bem definidos) e relacionais (forma como o indivíduo deve ser tratado como membro de uma verdadeira comunidade política). Três requisitos devem ser satisfeitos: 1) livre expressão, ou seja, que o indivíduo seja realmente ouvido; 2) igual consideração e respeito para com todos os membros da comunidade e 3) independência moral dos membros da comunidade; cada um se ver como parte do empreendimento coletivo.

No que diz respeito à ação do Governo Central de Angola em relação aos grupos étnicos que habitam o país, o seu sucesso dependerá da capacidade de substituir o poder pela dominação. Isso, porque o poder gera oposição e resistência, mas a dominação, por evocar a idéia de autoridade e legitimidade, motiva para o diálogo e para a cooperação.

O que faz de nós uma comunidade política? Essa questão é muito complexa, quer para as etnias habitantes em Angola, quanto para o Governo Central, que se ressentida da ausência deste fundamento tão crucial, a construção do Estado-Nação. Acreditamos que a cidadania seria o fundamento necessário para essa construção (KOUROUMA, 2003).

A cidadania é uma prerrogativa para nos tornarmos membros de uma comunidade política. Se a comunidade política é o conjunto de relações de dominação, então, sugerimos que olhemos para a cidadania como um conceito que torna a estrutura de ordem e obediência relevante para o indivíduo. Vimos que a autoridade vem do reconhecimento da prerrogativa legítima que uns têm de nos dar ordens e da nossa obrigação e/ou vontade de obedecê-las.

Isto tudo tem como pano de fundo a vida em sociedade, e remete-nos para a velha questão apontada pelo sociólogo alemão Simmel (2006), sobre como a sociedade é possível. Nesse sentido, é pertinente nos lembrarmos do “Leviatã” (HOBBS, 2003). A paz estabelecida pelo *Leviatã* é, necessariamente, frágil, porque não se baseia somente na força bruta dos detentores do poder. Essa paz está baseada, também, em uma convicção coletiva de que a conciliação dentro do *Leviatã* é melhor do que a possibilidade de se sagrar vencedor numa guerra permanente de todos contra todos.

O Estado é, portanto, o lado institucional das relações de dominação. É algo que criamos na falta de algo melhor para garantir a nossa liberdade individual. A noção de cidadania torna a ordem e a obediência relevantes para o indivíduo. A cidadania traduz-se em direitos políticos, que são uma espécie de orientação para a ação do poder público.

A legitimidade que reconhecemos no poder exercido sobre nós é a promessa de garantia e proteção dos nossos direitos de membros da comunidade política. Esse direito é entendido de várias maneiras, o que inclui desde a própria noção de direitos, passando pela justiça, até a noção de igualdade. Qualquer que seja o entendimento subjacente do direito de membros da comunidade política é importante salientar que o Estado se define, primeiramente, pela sua função perante esse direito.

Destas idéias resulta uma distinção feita pelo filósofo americano, Ronald Dworkin (2001), entre *princípio, política e procedimento* que nos parece útil para a reflexão sobre esse assunto. O *princípio* é simplesmente a regra que estabelece aspectos da nossa condição de cidadãos. Por exemplo, há preceito que estabelece que não devemos ser punidos injustamente. Esta regra deve ser traduzida em política, isto é, naquilo que o Estado deve fazer para cumprir o princípio, nomeadamente a idéia de presunção de inocência consubstanciada na criação de tribunais com os devidos poderes e independência para que cumpram a regra.

O *procedimento* é, finalmente, todo o conjunto de coisas que são feitas para garantir o respeito a esse princípio. Ou seja, toda a exigência relacionada com provas, testemunhas e apuramento da verdade, que dá corpo e substância a este princípio segundo o qual não podemos ser injustamente condenados. É claro que simplificamos muito a idéia de Dworkin, mas no fundo o que queremos dizer é que um Estado que nos reconhece como cidadãos tem a obrigação de nunca sacrificar os nossos *direitos* – que podem ser enunciados como princípios – individuais no interesse de um suposto bem coletivo.

Podemos começar a ver aqui algumas das implicações da articulação da cidadania com o que faz de nós uma comunidade política. Com efeito, o que queremos dizer é que só faz sentido falarmos em política, se o objeto do nosso discurso for a interpelação da nossa sociedade, para garantir e proteger a nossa condição de membros da comunidade política.

Neste sentido, o que devia fazer de nós uma comunidade política não é simplesmente a codificação da cidadania, mas também a interpelação crítica da sua realização ou não. Dessa forma, devemos ser capazes de analisar a ações do Estado na esfera pública. No que se refere ao Sul de Angola, essa ação deve ser sensível, por exemplo, à riqueza e à diversidade das línguas Kwanhama e Nhaneka-Humbi e a cultura Banto do Sul, pois só com reconhecimento da diferença é que podemos caminhar rumo a um Governo Central mais eficaz e a uma relação mais harmoniosa entre ele e as etnias do sul.

A idéia dominante sobre a esfera pública vem dos escritos do pensador social alemão Jürgen Habermas (2003). Nos anos sessenta ele escreveu um livro com o título *A mudança estrutural da esfera pública*, que tem marcado a discussão sobre o assunto. A sua tese apresenta forte matriz marxista. Habermas dizia que a emergência de uma classe burguesa com meios de se afirmar na sociedade tinha conduzido à transformação do espaço público de debate. Ele partia, portanto, de uma idéia de sociedade baseada em interesses que entram em choque. A sua idéia de dominação baseava-se no pressuposto

segundo o qual ela seria a expressão da afirmação de certos interesses em detrimento de outros. Os que conhecem as teorias marxistas irão se recordar do ditado de Marx, segundo o qual a opinião dominante seria a opinião das classes dominantes. É esta a visão que Habermas também tinha da esfera pública, nomeadamente um espaço dominado por certos interesses.

Com efeito, essa formulação teórica nos ajuda a refletir sobre até que ponto a articulação entre a nossa condição de cidadãos e o Estado, que deve velar por ela, cria um espaço intermédio, dentro do qual interesses entram em conflito. A definição que Habermas adota para a esfera pública é útil no sentido que nos permite ter uma idéia clara da articulação entre a nossa condição de cidadãos e o Estado, que deve proteger e garantir essa condição.

O problema dessa abordagem é exagerar na conflitualidade. Ao fazer isso, Habermas acaba igualmente limitando a concepção de cidadão, com o risco de nos privar de maneiras mais abrangentes de participação política. Dito de outro modo, Habermas sugere que somos cidadãos porque temos interesses e que a nossa participação política é justificada pela necessidade de nos organizarmos em grupos de interesse e insistirmos na sua afirmação.

Nos anos 20 do século passado, John Dewey (2007), filósofo americano da escola do pragmatismo, refletiu sobre a noção de esfera pública. O fez de uma maneira que nos parece extremamente pertinente para a nossa reflexão sobre a comunidade política e a condição de cidadãos. Ele afirmou que a esfera pública é simplesmente o espaço criado pela necessidade que todos temos de controlar os efeitos negativos das ações dos outros. Embora haja certo individualismo nesta visão, essa posição é oportuna para a reflexão empreendida neste texto.

Considerando diversidade étnica presente em Angola, destacamos que não são apenas os interesses que justificam a política, mas também a necessidade de garantir que, por exemplo, o que o Kandongo faz não afete negativamente ao Kahilana, ou vice-versa. Penso que há correspondência entre esta definição mínima da esfera pública e o que vimos sobre a nossa condição de membros da comunidade política, pois podemos facilmente depreender que o que é negativo na ação de uns e tudo quanto fundamenta a nossa necessidade de controlar isso é resultado da nossa cidadania. Isto é, os nossos direitos individuais terminam onde o seu usufruto pode implicar que outra pessoa não usufrua o seu. Esse é o princípio. A política e os procedimentos seriam, na verdade, os elementos constitutivos da esfera pública.

É neste ponto que a definição de espaço público feita por Dewey é muito útil. Nesse aspecto, o conhecimento crítico pode interpelar com maior vigor ainda as nossas relações. Na verdade, há um desafio enorme aqui de definir o espaço de interpelação das relações entre o Governo Central de Angola e os grupos étnicos. Uma interpelação que reforce e não comprometa a cidadania dessas coletividades.

Contudo, neste ponto nos deparamos com alguns obstáculos. Um deles é a natureza da experiência histórica vivenciada na época da Guerra Civil. Nessa análise gostaríamos de aproveitar para refletir sobre este aspecto, na tentativa de evidenciar os constrangimentos que etnias Nhaneka-Humbis e os Ambos enfrentam na relação com o Estado. O desrespeito à cultura desses povos produziu a descrença no poder público. A expressão perca da palavra, usada por um filósofo camaronês Jean-Godefroy Bidima (1997), é bastante oportuna para fazer referência ao que aconteceu com estes e outros grupos de Angola. Essa expressão faz referência à *cultura do silêncio*, que não reconhece a diversidade e apaga a voz das minorias.

Creio que a reflexão de Bidima nos ajuda a repensar a esfera pública presente em Angola e seu papel na constituição das relações. Para sermos cidadãos precisamos também recuperar a palavra. Qualquer que seja a idéia de esfera pública que temos, ela só fará sentido se for articulada e se incluir a articulação e organização dos grupos que compõem a sociedade. No fundo, o uso da palavra define a esfera pública, dá-lhe contorno e torna-a visível e relevante para o nosso cotidiano. Nesse aspecto, a questão fundamental é saber o que significa para as etnias de Angola recuperarem a palavra que elas detinham antes da chegada dos colonizadores.

ABSTRACT: The divergences multiplicity of ethnics group and interests of some leaders are the challenge for Angolan State maintenance. Aimed to understanding of experience we present dates about Angola State Construction process, the extern influences and the conflict army crash in these country. We approach the actions of the public power, demonstrating the predominance of the defense politics. We evidence a difficult for some population segments to recognize as members of one same collective, the State-Nation. Considering to the negative behavior of citizenship that produced distrust in the state political power, special we gave prominence that the diversity Ethnic respect and the silence voices inclusion from the colony period are the firstly for construction and fundamental for national identity.

Artigo
Recebido: 21/05/2010
Aprovado: 30/06/2010

Keywords: Angola, multiplicity ethnic, State, politics policies, citizenship.

Referências

BIDIMA, Jean-Godefroy. La Palabre: Une juridiction de la parole. Paris: Michalon, 1997.

DEWEY, John & CUNHA, Marcus. Democracia Educação. São Paulo: Ática, 2007.

DWORKIN, Ronald. Freedom's Law: the Moral Reading of the American Constitution. Oxford: Oxford University Press, 1996.

_____. Uma Questão de Princípio. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. O Império do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

ESTERMANN, Carlos. A vida econômica dos Bantu do Sudoeste de Angola: Subsídios Antropológicos. Nº 1. Luanda: Junta Provincial de Povoamento de Angola, 1971.

HOBBS, Thomas. Levitã. Madrid-España: Ed. Alianza, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIMA, M. Helena Figueiredo. Nação Ovambo. Lisboa: Ed. Éster, 1977.

LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif: Goodyear. 1980.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs). Teorias da Etnicidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1998 [1969].

KOUROUMA, Ahmandou. Ala e as Crianças-Soldados. Rio de Janeiro: Estação da Liberdade, 2003.

SIMMEL, George. Filosofia do Amor. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

LUANSI, Lukonde. Angola: Movimentos migratórios e Estados precoloniais – Identidade nacional e autonomia regional. In: International Symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication and History. Berlin, 2003.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann. Cunene em movimento: dinâmicas empresariais transfronteiriças. In: *Economia Global e Gestão*, vol.12, nº 3, dez. 2007. Disponível em: www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid.